



Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios de Santa Catarina e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, 46 milhões de brasileiros vivem em localidades com gestão ineficiente das contas públicas, permanecendo expostos às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado de Santa Catarina². Foram analisadas as contas de 269 dos 295 municípios catarinenses³, onde vivem 7,6 milhões de pessoas - 94,3% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Catarinenses

Municípios de Santa Catarina lideram com a melhor gestão fiscal do país, mas também precisam enfrentar o desafio de se adaptar a ciclos econômicos e novas demandas sociais.

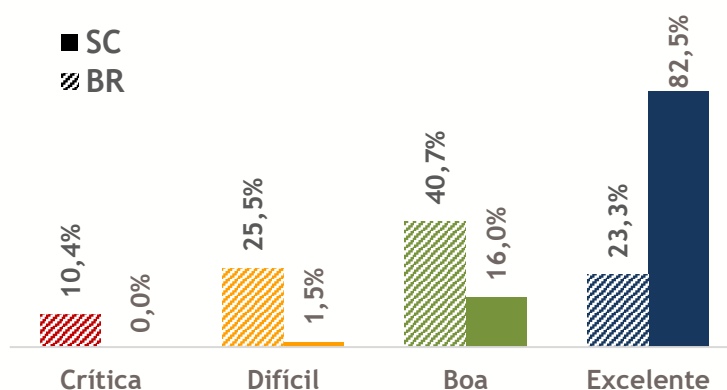
Na média, os municípios catarinenses terminaram o ano de 2024 com uma excelente gestão fiscal. O IFGF médio do estado alcançou **0,8787 ponto** – 34,5% acima da média nacional (0,6531 ponto). Na média, os municípios de Santa Catarina apresentaram a melhor situação fiscal do país, na comparação com os municípios dos demais estados brasileiros. Quase todas as cidades catarinenses encerraram 2024 com situação fiscal boa ou excelente - dados no gráfico abaixo - apenas quatro prefeituras⁴ (1,5% do total) terminaram o ano em um cenário fiscal difícil e nenhuma cidade apresentou situação crítica.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados de nove municípios do estado não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas.

⁴ Anita Garibaldi, Penha, Pescaria Brava e Santo Amaro da Imperatriz.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios catarinenses em 2024



Na média, os contextos político e econômico também favoreceram para que os municípios apresentassem alta autonomia, baixa rigidez orçamentária, bom planejamento financeiro e bons níveis de investimentos.

A seguir serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios de Santa Catarina, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

No **IFGF Autonomia**, as prefeituras apresentaram excelência, com resultado de **0,8840 ponto** - acima da média nacional (0,4403). O IFGF Autonomia avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁵. Na média, os municípios catarinenses se destacam pelo maior indicador de autonomia do país - o que demonstra alta capacidade de gerar receitas para fazer frente às despesas essenciais. Em 2024, dos 201 municípios (74,7%) que obtiveram grau excelente no indicador, 147 atingiram nota máxima, refletindo que sua receita local é mais que suficiente para arcar com suas despesas essenciais.

No entanto, o cenário não é favorável para todos os municípios: 21 prefeituras (7,8%) têm dificuldades em manter suas estruturas administrativas e, por essa razão, ficaram com conceito D.

Indicador com melhor desempenho no estado, o **IFGF Gastos com Pessoal** médio dos municípios foi de **0,9538 ponto** - acima da média nacional (0,7991) e o melhor resultado do país, na comparação com os municípios dos demais estados brasileiros. Esse resultado revela que as prefeituras do estado possuem uma excelente flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha de pagamentos de salários e aposentadoria de servidores. Dos 269 municípios analisados, 201 (74,7%) registraram nota máxima no indicador. Com isso, esses municípios finalizaram o ano com alta flexibilidade orçamentária.

⁵ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

Na contramão da maioria do estado, Pescaria Brava foi a única cidade que destinou mais de 54% da Receita com folha de salário e aposentadorias do funcionalismo público⁶ e, por isso, ficou com conceito D no indicador.

O contexto de alta disponibilidade de receitas tem favorecido para um cenário majoritariamente positivo neste indicador. Entretanto, é fundamental que os gestores disponham de ferramentas e de flexibilidade orçamentária para lidar de forma eficiente com alterações nos ciclos econômicos e mudanças nas demandas sociais.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras dispõem de recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios catarinenses apresentaram alto desempenho: **0,8140 ponto**, acima do registrado na média dos municípios do país (0,6689). Do total de município analisados no estado, 69 fecharam o exercício de 2024 com alta liquidez e receberam nota máxima no indicador. Apenas cinco prefeituras⁷ terminaram o ano no “cheque especial”, ou seja, sem recursos em caixa suficientes para cobrir as despesas postergadas para o ano seguinte e, por isso, ficaram com nota zero no indicador.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, teve resultado médio de **0,8630 ponto**, acima da média dos municípios brasileiros (0,7043). Dos 269 municípios analisados, 229 (85,1%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 142 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa.

No entanto, o bom nível de investimentos não está presente em todos os municípios do estado: 12 prefeituras terminaram o ano com nível crítico de investimentos ao destinar, em média, apenas 3,7% da receita para esta finalidade.

Apesar do resultado majoritariamente positivo, para que as desigualdades regionais e sociais sejam superadas, é fundamental que as decisões sobre a alocação dos recursos públicos, sobretudo os investimentos, sigam critérios bem definidos, sejam eficientes e respeitem as demandas e necessidades da população.

Destaque: Florianópolis - SC

Em 2024, a capital catarinense apresentou boa gestão fiscal, ao registrar nota **0,6899** no IFGF Geral, bem abaixo da média dos municípios do estado (**0,8787**). Florianópolis se destacou ao alcançar nota máxima no

⁶ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal. Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos. Quando o município ultrapassa o limite de 60% de gasto com pessoal, a LRF obriga a reduzir a despesa nos dois quadrimestres seguintes, inclusive com corte de cargos comissionados e funções de confiança.

⁷ Aurora, Guatambú, Penha, Presidente Getúlio e Witmarsum.

indicador de **Autonomia**, porém ficou abaixo da média dos municípios catarinenses nos outros três indicadores: **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**.

Como pode ser visto na Tabela 3, em relação ao estado, Florianópolis terminou 2024 com maior rigidez orçamentária - nota 0,5684 em Gastos com Pessoal - e com menor liquidez em caixa - nota 0,4919 em Liquidez. Embora tenha terminado o ano com bom nível de investimentos, o resultado é aquém do observado nos demais municípios do estado.

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Florianópolis ficou na 20ª posição. A baixa Liquidez - 3ª pior nota entre as capitais - e o maior comprometimento da receita com despesas de pessoal - 5ª nota mais baixa - foram fatores que influenciaram para Florianópolis se posicionar na parte debaixo do ranking das capitais.

A análise histórica mostra que a capital mantém trajetória de boa gestão fiscal, mas precisa avançar em algumas questões estruturais. A cidade registra sólida capacidade de geração de recursos próprios, no entanto, nos últimos anos tem apresentado maior comprometimento do orçamento com despesas obrigatórias e menor liquidez.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Florianópolis

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,5333	1,0000	0,2248	0,4532	0,4553
2014	0,7420	0,9621	0,8241	0,5286	0,6533
2015	0,3966	1,0000	0,0063	0,0000	0,5802
2016	0,3686	1,0000	0,0000	0,0000	0,4746
2017	0,5368	1,0000	0,3429	0,4659	0,3384
2018	0,5943	1,0000	0,4056	0,4556	0,5161
2019	0,7333	1,0000	0,6033	0,5302	0,7996
2020	0,7261	1,0000	0,6042	0,6566	0,6435
2021	0,7567	1,0000	0,8255	0,7166	0,4845
2022	0,7913	1,0000	0,9243	0,7372	0,5037
2023	0,5713	1,0000	0,4387	0,0000	0,8466
2024	0,6899	1,0000	0,5684	0,4919	0,6994
Média SC 2024	0,8787	0,8840	0,9538	0,8140	0,8630
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luís Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br

Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>